



Informação nº 89/2009 – 3ª ICE/Divisão de Contas.

Brasília, 2 de junho de 2009.

Processo nº: 23.082/2005 (5 volumes 5 anexos).

Jurisdicionada: Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS.

Assunto: Auditoria de regularidade.

Ementa: Contrato de Gestão nº 001/2002. Alegações de defesa. Análises. Procedência para um dos responsabilizados. Improcedência para os demais. Compensação de débitos. Avaliação pelo Tribunal da conveniência e oportunidade de aplicação de sanções. Determinações ao DFTRANS e à Secretaria de Transportes. Retorno dos autos à Inspeção.

Senhor Diretor-substituto,

Cuidam os autos da auditoria de regularidade efetivada com vistas à fiscalização do Contrato de Gestão nº 001/2002, firmado entre o então Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal (DMTU), atual Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTRANS)¹, e o Instituto Candango de Solidariedade (ICS) – fls. 5/22, vol. I.

I. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

2. A fiscalização em apreço ocorreu para atender o item VI da Decisão nº 1145/2005 (fls. 1/2, vol. I), exarada no âmbito do Processo nº 2062/2004, que cuidou de ajustes firmados entre entes públicos distritais e o ICS. Nestes termos a referida determinação, em parte:

“VI) determinar, ainda, à 1ª Inspeção de Controle Externo e às demais Inspeções que proceda ao acompanhamento da execução

1 Por força do art. 1º do Decreto nº 23.902, de 11 de julho de 2003 (fl. 885, vol. V).



dos contratos firmados entre os órgãos jurisdicionados e o Instituto Candango de Solidariedade após 09 de dezembro de 2003, devendo o resultado desse procedimento ser autuado em autos específicos para cada um dos jurisdicionados."

3. Efetivadas as apurações pertinentes, o Tribunal exarou a **Decisão nº 6564/2007**, em parte:

"O Tribunal [...] decidiu: [...]

II - autorizar a audiência dos nomeados:

a) no parágrafo 24 da instrução, para apresentarem suas razões de justificativa pelo prejuízo apurado, conforme descrição expressa nos §§ 20 e 21 do relatório de auditoria, em função de faturamento de trabalho de empregado do ICS, sem comprovação de prestação laboral, ante a possibilidade de conversão do processo em TCE (art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o § 4º, art. 2º, da Emenda Regimental nº 1, com redação atualizada);

b) no parágrafo 50 da instrução, para apresentarem razões de justificativa, em função do prejuízo identificado na locação de automóveis a preços acima do de mercado (§§ 48 a 50 anteriores), ante a possibilidade de conversão do processo em TCE (art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, c/c o § 4º, art. 2º, da Emenda Regimental nº 1, com redação atualizada);

III - determinar à Secretaria de Estado de Transportes que, tão logo chegue a termo a comissão de sindicância instalada pela Portaria nº 16 (de 14/2/07, publicada do DODF de 15/2/07), seja enviada cópia do seu relatório conclusivo a esta Corte;

[...]."

4. As pessoas chamadas em audiência pela decisão suso transcrita para apresentarem razões de justificativa foram:

a) Item II-a: pelo faturamento de trabalho de empregado do ICS, sem comprovação de prestação laboral:

- Ronaldo Prates Mendes;
- Gilvanete Mesquita da Fonseca; e
- Fabiano Frabetti;

b) Item II-b: em função do prejuízo identificado na locação de automóveis a preços acima dos de mercado:

- Valdemir Evangelista de Oliveira.

5. Oferecidas as justificativas, após seu exame, o Tribunal expediu a **Decisão nº 5646/2008**, nestes termos, em parte:

"O Tribunal [...] decidiu: [...]



II - autorizar:

1) a conversão dos autos em tomada de contas especial, nos termos do artigo 46 da L.C. nº 01/94, tendo em conta os prejuízos e responsabilidades apurados;

2) a citação dos senhores nomeados no parágrafo 24 da Instrução e do titular da Secretaria de Transportes à época dos fatos, para apresentarem defesa pelo prejuízo apurado, consoante descrito nos §§ 20 e 21 (fl. 463), e por afronta aos princípios da impessoalidade e da legitimidade ao contratar os irmãos do ex-Secretário de Transportes (ver § 22 – fl. 463), ante a possibilidade de imputação do prejuízo e/ou aplicação das sanções dos arts. 57, incisos II e III, e 60 da L.C. nº 01/94;

3) a citação dos senhores nominados no parágrafo 50 da Instrução e do titular da Secretaria de Transportes à época dos fatos, para apresentarem defesa pelo prejuízo apurado na locação de automóveis a preços acima dos de mercado, consoante descrito nos §§ 48 a 50 (fl. 469), ante a possibilidade de imputação do prejuízo;

III - determinar à Secretaria de Estado de Transportes que, tão logo chegue a termo a comissão de sindicância instalada pela Portaria nº 16 (de 14/02/07, publicada no DODF de 15/02/07), seja enviada cópia do seu relatório conclusivo ao Tribunal;

[...].”

6. Assim, as pessoas adiante listadas foram citadas para apresentarem defesa, em face do:

a) item II.2 – prejuízo apurado relativamente à ausência da prestação de serviço laboral do empregado José Ricardo Costa Mendes Cateb no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006:

- Ronaldo Prates Mendes, executor do Contrato de Gestão nº 001/2002;
- Gilvanete Mesquita da Fonseca, chefe de gabinete da ST;
- Fabiano Frabetti, chefe de gabinete da ST, que substituiu a Srª Gilvanete;
- Mauro Costa Mendes Cateb, Secretário de Estado da ST;

b) item II.3 – prejuízo verificado na locação de automóveis a preços acima dos de mercado:

- Valdemir Evangelista de Oliveira, signatário do contrato;
- Mauro Costa Mendes Cateb, Secretário de Estado da ST.

7. Em atenção ao *decisum* suso transcrito, foram expedidas citações às pessoas listadas no parágrafo precedente, conforme tabela a seguir:

RESPONSÁVEL	CITAÇÃO Nº	DATA DE RECEBIMENTO	APRESENTAÇÃO DA DEFESA
-------------	------------	---------------------	------------------------



MAURO COSTA MENDES CATEB	07/08	10.10.2008 (fl. 614-v)	5.11.2008 (fls. 620/633)
GILVANETE MESQUITA DA FONSECA	13/08	10.10.2008 (fl. 616)	11.11.2008 (fls. 634/642)
VALDEMIR EVANGELISTA DE OLIVEIRA	08/08	14.10.2008 (fl. 610)	12.11.2008 (fls. 643/670 e anexos às fls. 672/690 e 756/802)
RONALDO PRATES MENDES	06/08	14.10.2008 (fl. 609)	13.11.2008 (fls. 691/699 e anexos às fls. 700/736)
FABIANO FRABETTI	14/08	3.11.2008 (fl. 619)	1º.12.2008 (fls. 737/740) Pedido de Reexame
	OFÍCIO Nº 8277/2008-GP	19.12.2008 (fl. 749)	19.1.2009 (fls. 752/755)

8. O Senhor Fabiano Frabetti apresentou pedido de reexame, que, mediante Decisão Liminar nº 213/2008-P/AT (fl. 748, vol. IV), não foi conhecido, tendo em vista a ausência de previsão legal para o recurso pretendido nesta fase processual (art. 188, § 4º do Regimento Interno do Tribunal). Todavia, concedeu-se novo prazo de 30 dias para ofertar defesa.

9. Ainda, o Senhor Valdemir Evangelista de Oliveira solicitou, em 30.1.2009, juntada de declarações dos Senhores Paulo Cesar Lapa de Souza e Ronaldo Prates Mendes (fls. 756/758, vol. IV). Ato contínuo, em 3.2.2009, ofereceu outras alegações de defesa em forma de Memorial, com anexos (fls. 759/802, vol. IV).

10. Haja vista o período de recesso regimental desta Corte e a concessão de novo prazo ao Sr. Fabiano para oferta de suas razões de defesa, consideramos tempestivas todas as peças apresentadas, conforme descrito no quadro do § 7º retro, podendo o Tribunal delas tomar conhecimento.

11. Isso posto, passamos à análise das argumentações ofertadas pelos defendentes, o que será feito na ordem que entendemos mais adequada para enfrentamento da matéria.

II. DAS DEFESAS

II.1. MAURO COSTA MENDES CATEB

12. O Senhor Mauro Costa Mendes Cateb foi chamado a apresentar defesa, nos termos da Decisão nº 5646/2008, pelos prejuízos apurados:

- a) em relação ao pagamento de remuneração ao ICS pelos serviços supostamente executados pelo Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb, no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006, sem a devida



comprovação de prestação laboral (item II.2); e

b) na locação de automóveis a preços acima dos de mercado entre março de 2005 e agosto de 2006 (item II.3).

13. Em linhas gerais, são estas as argumentações do defendente (fls. 620/633, vol. IV):

- a) não ficou demonstrado, nos autos, qualquer ato, fato, ofício, memorando ou outro documento da lavra do defendente que tenha causado prejuízo ao erário;
- b) o corpo técnico do Tribunal não fez nenhuma menção à atitude que teria o defendente tomado para a contratação de seus irmãos ou de que lhe foi dado conhecimento quanto à locação de veículos e o valor mensal dos aluguéis;
- c) embora o Ministério Público junto ao TCDF e o Relator hajam incluído o defendente no rol dos responsáveis pelos fatos apurados, na Decisão nº 6564/2007 isso não ficou consignado, o que lhe excluiria qualquer responsabilidade;
- d) nas análises das razões de justificativa demandadas pela Decisão nº 6564/2007, o corpo técnico do Tribunal continuou excluindo o defendente do rol de responsáveis;
- e) apesar disso, o Ministério Público junto ao TCDF manteve seu entendimento anterior, que incluía o defendente como responsável pelos fatos apurados, no que foi seguido pelo Relator e culminou na Decisão nº 5646/2008;
- f) o parecer do Ministério Público, acolhido pelo Relator, estava desprovido de fundamento técnico-jurídico, pois não ficou comprovado qualquer ato omissivo ou comissivo praticado pelo defendente;
- g) o chamado 'princípio da legitimidade' apontado pelo Ministério Público em seu parecer, em verdade, não existe, sendo este, tão só, um dos condicionantes de validade do ato jurídico ou administrativo;
- h) no tocante ao alegado desrespeito ao princípio da impessoalidade, que teria o defendente infringido em face da contratação de seus irmãos, o Supremo Tribunal Federal já teria sumulado que a afronta “... *há que ser direta, não pode e não deve ser pela via oblíqua e, nem pode ser por analogia ou por fonte subsidiária. É imperativo que a afronta seja direta, senão não há afronta*” (fl. 629, § 25);
- i) nunca interferiu “... *na execução do contrato do Instituto Candango de Solidariedade em todas as suas fases, seja para sua formalização, para seus aditivos ou para locar veículos, efetuar pagamentos ou requisitar horas de mão de obra...*” (fl. 630, § 29);
- j) inexistiu, no caso em análise, a figura do nepotismo, por vários motivos,



notadamente (fls. 631/632, § 31):

“a) A época não havia qualquer legislação que proibisse o Nepotismo em qualquer das esferas dos Poderes do Estado, fato que é público e notório.

b) Os meus irmãos jamais foram meus subordinados direta ou indiretamente.

c) Meus irmãos não tiveram qualquer vínculo empregatício com a Secretaria de Transporte.

d) Meus irmãos foram designados pelo ICS para atender a Secretaria de Transportes no sentido prestar horas técnicas de trabalho, nesse sentido inexistente vínculo trabalhista.

e) Não fui e não sou responsável ou controlador do ponto ou de horas técnicas de qualquer empregado do ICS, a vinculação deles é com o executor do contrato ou quem este executor tenha indicado.

f) O executor jamais oficiou a mim quanto a qualquer falta de meus irmãos no cumprimento das horas técnicas que deviam ser prestadas, nunca soube dessa situação formal ou informalmente.”

k) *“36. O Nexo de Causalidade é o elemento necessário para configurar a responsabilidade civil do agente causador do dano, evidenciando a existência de ato omissivo ou comissivo, não existindo o nexo de causalidade e os atos ilícitos, não há responsabilidade sobre os ombros do Defendente.” (fl. 632, § 36).*

II.1.1. ANÁLISES

14. De fato, conforme alega o defendente, ele não foi apontado, pelo corpo técnico desta Corte, como responsável por nenhum dos fatos apurados na auditoria objeto deste feito. Também, não figurou ele entre os chamados a apresentar razões de justificativa, conforme Decisão nº 6564/2007, transcrita no § 3º retro. Todavia, melhor analisando os fatos e a documentação constante dos autos, entendemos ter sido esse um equívoco da equipe de auditoria, da qual fizemos parte.

15. Não obstante, seguindo os argumentos do Ministério Público junto ao TCDF, o Relator dos autos emitiu o voto que resultou na Decisão nº 5646/2008. Em face disso, a alegação de que o defendente não fora apontado pelos analistas como responsável pelos fatos apurados não se afigura, por si só, suficiente para combater a decisão em tela. Superada, pois, essa preliminar.

16. No tocante ao prejuízo advindo pelo pagamento de salários, via ICS, ao Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb, no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006, sem a devida comprovação de prestação laboral, configurando afronta aos princípios da impessoalidade e da legitimidade (**item II.2 da Decisão nº 5646/2008**), temos entendimento também convergente com o MP quando assevera



(§§ 4º, 5º e 11 do Parecer nº 678/07-MF, fls. 478/479, vol. III):

“4. A fiscalização consistiu na aferição da presença física dos empregados do ICS no DFTRANS. Constatou-se possível prejuízo valorado em R\$ 50.022,72 (cinquenta mil, vinte e dois reais e setenta e dois centavos), ante a ausência laboral do empregado José Ricardo Costa Mendes Cateb. Além de sua ausência e de informações desconstruídas em relação à sua lotação, não há registro de ponto e o mesmo declarou a cidade de São Luiz/MA como residência à Receita Federal (fl. 379).

5. O órgão técnico também constatou que os empregados José Ricardo Costa Mendes Cateb e Frederico Guilherme Mendes Cateb são irmãos do ex-Secretário de Estado de Transportes (fls. 379 a 381), Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, estando o primeiro lotado em setor diretamente subordinado ao chefe da Pasta, em afronta aos princípios da impessoalidade e da legitimidade.

[...]

11. No item Pessoal, o órgão técnico assinalou afronta aos princípios da impessoalidade e da legitimidade pela contratação dos irmãos do ex-Secretário de Transportes. No entanto, nada sugeriu. Em consequência, acrescenta o Ministério Público sugestão de audiência no item II-“a”, transcrito no parágrafo 6º do parecer, incluindo entre os responsabilizados o titular do órgão.”

17. O defendente alegou não ter sido comprovada a afronta ao princípio da impessoalidade, pois não se provou que agiu ele de forma omissiva ou comissiva no sentido de ver contratados seus irmãos e que, em vista disso, não se poderia atribuir-lhe prática de ato condenável.

18. Atente-se para o fato de a entidade ser vinculada à ST, o que atribui ao titular da Secretaria, a princípio, certo poder em relação a ela. Não bastasse isso, nos termos do Decreto nº 23.902, de 11 de julho de 2003, alterado pelo Decreto nº 23.938, de 24 de julho de 2003 (fls. 885/886, vol. V), o DFTRANS passou a ser gerido pela Secretaria de Estado de Transportes, até que ocorresse a estruturação dessa autarquia (art. 5º do primeiro decreto, alterado pelo segundo). A subordinação da entidade abarcava os aspectos tanto administrativos quanto patrimoniais, operacionais e financeiros. Comprovam ainda mais nossa tese, por exemplo, as várias portarias administrativas editadas pelo Sr. Mauro Costa Mendes Cateb atuando na gestão do DFTRANS (fls. 887/893, vol. V).

19. Nesses termos, não se pode ter como aceitável a contratação de dois irmãos do Secretário para prestação de serviços ao DFTRANS, exceto pelo instituto do concurso público. Ademais, um dos contratados, Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb, teria exercido atividades no próprio gabinete do defendente. Ainda, segundo informado pelo Sr. Fabiano Frabetti, cuja defesa será adiante apreciada, o



Sr. José Ricardo passou a prestar serviços na Secretaria de Esporte (SE), a pedido do Senhor Mauro Costa Mendes Cateb, acompanhando a anterior chefe de gabinete, que foi nomeada para o cargo de secretária-adjunta da SE (fls. 753/754, vol. IV).

20. Alertamos, também, para o fato de o Contrato de Gestão nº 001/2002 ter sido firmado entre o DFTRANS e o ICS, não havendo porque os empregados contratados em face desse ajuste passarem a prestar serviços na Secretaria de Transportes, caso do irmão do defendente. Mesmo com a provisória subordinação criada pelo citado Decreto nº 23.902/2003, a autarquia ainda mantinha personalidade jurídica distinta da ST, uma vez que a representação judicial da entidade permaneceria sendo exercida por seus procuradores (art. 5º, *in fine*, do Decreto nº 23.902/2003), o que reforça a tese de personalidade jurídica própria.

21. Também, improcedente a alegação de descaber a figura de nepotismo praticado pelo defendente. Pelo que até aqui se demonstrou, o Senhor Mauro atuou de forma a privilegiar parentes seus. O defendente, se não praticou diretamente o ato de contratação de parente seu, foi omissivo, pois claro está que conhecia essa situação desde, ao menos, junho de 2005, quando seu irmão Frederico Guilherme Costa Mendes Cateb consta na relação da força de trabalho do ICS à disposição do DFTRANS (fl. 17, Anexo I). E seu outro irmão, o Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb teria passado a compor o quadro de empregados do ICS a partir de dezembro de 2005 (fl. 70, Anexo I) e, ainda, estaria lotado no gabinete da Secretaria de Transportes.

22. Já a argumentação de que, à época dos fatos apurados, não havia norma legal que proibisse o nepotismo no Serviço Público não pode ser acatada. Desde 5 de outubro de 1988, data da atual Constituição, se coibe tal infração pela obrigatoriedade de observância por todo agente público do **princípio da moralidade** administrativa, insculpido no *caput* do art. 37 da Carta da República e reproduzido no art. 19, *caput*, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

23. Princípios são normas de eficácia plena, o que vale dizer: independem de normatização. Não se diga que o Supremo Tribunal Federal, em 7.11.2008, ao aprovar a Súmula Vinculante nº 13², após a constatação da prática indiscriminada da contratação sem concurso público de parentes de autoridades na Administração Pública, normatizou o preceito constitucional. O que a Suprema Corte fez foi simplesmente reforçar a norma já existente – de forma a espancar-lhe

2 “A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.”



interpretações tendenciosas –, mas que não era observada pelos agentes públicos.

24. A nosso sentir, ficou configurada a infringência aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa pela contratação dos irmãos do Senhor Mauro Costa Mendes Cateb.

25. Quanto ao chamado “princípio da legitimidade”, de fato ele não existe nesse estrito sentido. Todavia, a exigida legitimidade para os atos praticados pelo defendente decorre do atendimento aos princípios da impessoalidade e da moralidade na Administração pública. Praticado o ato com ofensa a esses fundamentos, ilegítimo é ele de todo direito.

26. Sobre o dano financeiro apurado, no que diz respeito aos valores pagos a título de remuneração ao Senhor Frederico Guilherme Mendes Cateb, via contrato com o ICS, tais não foram apontados como prejuízo ao erário porque, conforme demonstrado pela equipe de auditoria, referido empregado foi localizado nas dependências do DFTRANS, o que levou a concluir terem os serviços sido prestados. Isso, contudo, não se verificou quanto ao Senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb, que, supostamente estaria prestando serviços no gabinete da ST.

27. A farta documentação trazida ao processo, por ocasião da auditoria nas jurisdicionadas, comprova a ausência de prestação laboral pelo Sr. José Ricardo. Ainda, os novos documentos carreados aos autos, nesta ocasião, demonstram larga atividade jurídica do referido senhor na cidade de São Luís, Estado do Maranhão, no período em que deveria ter executado serviços nesta capital, dezembro de 2005 a agosto de 2006 (fls. 808/867, vol. V). Lembramos, por oportuno, que o endereço do Sr. José Ricardo, declarado à Receita Federal do Brasil, é justamente em São Luís-MA (fl. 379).

28. Dessa feita, com relação ao item II.2 da Decisão nº 5646/2008, entendemos improcedentes os argumentos do defendente.

29. Assim, restaria determinar ao Senhor Mauro Costa Mendes Cateb que recolhesse, solidariamente com o demais responsabilizados neste feito, o valor do pagamento indevido ao ICS referente aos salários do Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006 que, atualizado até 11.5.2009, perfaz o montante de R\$ 58.002,57 (fl. 869, vol. V). Todavia, trataremos dessa questão adiante, de forma única para todos os que porventura tiverem suas defesas improvidas.

30. Não obstante, entendemos deva o Tribunal avaliar a conveniência e a oportunidade de aplicar ao defendente as sanções previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, conforme previsto no item II.2 da Decisão nº 5646/2008.

31. No que tange ao **item II.3 da Decisão nº 5646/2008**, que aponta para prejuízo causado pela locação de automóveis a preços acima dos de mercado,



o defendente alegou não possuir competência legal para atuar no contrato firmado entre o DFTRANS e o ICS, bem como não se ter caracterizado qualquer ato por ele praticado que houvesse levado ao dano apurado.

32. A respeito dessa matéria, o Ministério Público junto TCDF, mediante Parecer nº 678/07- MF, assim se manifestou (fl. 479, vol. III):

“13. Quanto à responsabilidade pelo prejuízo decorrente da locação, além do signatário do Contrato (§ 50 – fl. 470), no caso o Chefe da Divisão de Administração-Geral, o Ministério Público opina pela inclusão do titular da Secretaria de Transportes. Na qualidade de dirigente do órgão, administrador e supervisor, deve ser julgado pelo ato de gestão em foco, de alta materialidade e relevância.”

33. O fato de o defendente ter sido o Secretário de Transportes, à época das falhas apontadas nos autos, e por isso ser o supervisor da área, não o colocaria, a princípio, na condição de responsável pelos contratos firmados pelo então DMTU, atual DFTRANS. Há que se entender o alcance do vocábulo “supervisão” ou “vinculação” a que se submete o DFTRANS perante a ST.

34. Supervisão não é sinônimo de ingerência, interferência nas atividades corriqueiras, administrativas do ente vinculado. Esse termo há que ser entendido como tendo o alcance de possibilitar ao supervisor avaliar se aquela entidade está cumprindo e fazendo cumprir as ações necessárias ao atingimento das metas próprias dos fundamentos de sua existência. Isto é, se não há desvirtuamento da finalidade para a qual fora a entidade criada.

35. Hely Lopes Meirelles³ afirma não sofrerem as entidades autárquicas subordinação hierárquica, mas tão somente controle finalístico de sua administração e da conduta de seus agentes:

“Entidades autárquicas – São pessoas jurídicas de Direito Público, de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para realização de atividades, obras ou serviços descentralizados da entidade estatal que as criou. Funcionam e operam na forma estabelecida na lei instituidora e nos termos de seus regulamentos. As autarquias podem desempenhar atividades econômicas, educacionais, previdenciárias e quaisquer outras outorgadas pela entidade estatal-matriz, mas sem subordinação hierárquica, sujeitas apenas ao controle finalístico de sua administração e da conduta de seus dirigentes.” (Negrito original. Grifos nossos)

36. Mais adiante, assevera o mestre administrativista acerca da supervisão ministerial:

3 Meirelles, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 20ª ed. São Paulo : Malheiros, 1995 : p. 62.



"[...] Supervisão não é subordinação, pois que esta decorre do poder hierárquico e aquela resulta do sistema legal imposto às autarquias e entidades paraestatais, sujeitas, apenas, ao controle finalístico da Administração que as instituiu. A subordinação admite o controle pleno do órgão superior sobre o inferior; a supervisão é limitada aos aspectos que a lei indica, para não suprimir a autonomia administrativa e financeira das entidades vinculadas à Administração central." (Grifamos)⁴

37. Por seu turno, Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁵, ao discorrer sobre as entidades autárquicas, afirma serem elas pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei, "... com capacidade de auto-administração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei."

38. Todavia, há que se atentar para a situação *sui generis* trazida pela Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, que alçou o então DTU à condição de autarquia e lhe deu o nome de DMTU e, mais especialmente, o Decreto nº 23.902, de 11 de julho de 2003, que alterou a denominação dessa entidade para DFTRANS (fls. 882/885, vol. V).

39. Por disciplina do art. 5º do referido decreto, à Secretaria de Estado de Transportes foi delegada a competência para gerir o DFTRANS em todos os seus aspectos, exceto quanto à sua representação judicial, *verbis*:

"Art. 5º. Ficam delegadas à Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, até a estruturação do DFTRANS – Transporte Urbano no Distrito Federal, a administração do acervo, as atribuições e competências até então cometidas à autarquia, exceto no que pertine à representação judicial que será exercida pelos Procuradores Autárquicos e Fundacionais em exercício no DFTRANS." (Redação dada pelo art. 1º do Decreto nº 23.938, de 24 de julho de 2003 – fl. 886).

40. Ainda, atente-se para a autorização expedida pelo Sr. Mauro Costa Mendes Cateb para a prorrogação do contrato em comento (fl. 685, vol. IV).

41. Em vista disso, não prospera a tese do defendente de que não possuía competência legal para atuar no contrato firmado entre o DFTRANS e o ICS. A gestão da autarquia estava a cargo do Secretário de Estado de Transportes, fosse ela administrativa, patrimonial, operacional ou financeira. Prova disso são os vários atos administrativos expedidos por essa autoridade nesse sentido, a exemplo daqueles acostados às fls. 887/893, vol. V.

4 *Op. cit.*, pp. 576/577.

5 Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 5ª ed. São Paulo : Atlas, 1995 : p. 316.



42. Dessa feita, a responsabilidade, seja na modalidade comissiva ou omissiva, pelos danos decorrentes da locação de veículos a preços acima dos de mercado deve ser atribuído ao então Secretário de Estado de Transportes, Senhor Mauro Costa Mendes Cateb, nos termos do item II.3 da Decisão nº 5646/2008.

43. O prejuízo apurado nos autos, atualizado até 11.5.2009, perfaz R\$ 353.195,89 (fl. 869, vol. V).

44. No que tange à determinação para restituição dos valores apontados como prejuízo, trataremos dessa questão adiante, de forma conjunta para todos aqueles cujas defesas forem aqui rejeitadas.

45. Quanto à aplicação de sanção, vale o mesmo entendimento defendido no § 30 retro.

II.2. RONALDO PRATES MENDES (fls. 691/699 e anexos às fls. 700/736)

46. O Senhor Ronaldo Prates Mendes, então executor do contrato firmado ente o DFTRANS e o ICS, foi chamado a apresentar defesa em face do item II.2 da Decisão nº 5646/2008 pelo prejuízo apurado relativamente à ausência da prestação de serviço laboral do empregado José Ricardo Costa Mendes Cateb, no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006.

47. Cabe inicialmente destacar o que ficou consignado na Informação nº 83/08 – 3ª ICE/Divisão de Contas, às fls. 578/583, vol. III, quando da análise das razões de justificativa apresentadas pelo agora defendente (destacamos).

“24. Assiste razão ao executor do contrato quando diz que delegou competência aos chefes imediatos pelo preenchimento das folhas de frequência. De fato, pela quantidade de empregados do ICS ficaria impossibilitado de conferir a presença de todos os empregados pessoalmente.

25. Registre-se que o Sr. Ronaldo foi quem introduziu este controle auxiliar, as listas de frequência, complementar à folha de ponto, essa sob a responsabilidade de um supervisor do ICS (§§ 8, 9 e 12 da Informação nº 58/07 – fls. 512/513).

26. Pelo exposto, entendemos que de ser dado provimento às suas razões de justificativa, pois existe uma limitação operacional em conferir a presença física de todos os empregados do ICS, o que só poderia ser feito pelas chefias imediatas dos setores em que estavam lotados.

27. Com essas conclusões, desnecessário discorrer sobre seus demais argumentos.”

48. Essas ponderações foram integralmente acatadas tanto pelo Ministério Público junto ao TCDF quanto pelo Relator dos autos (fls. 587 e 595,



respectivamente, vol. III). Não obstante, a direção do item II.2 da Decisão nº 5646/2008 foi em sentido oposto, culminando na citação do Sr. Ronaldo Prates Mendes.

49. Em seus argumentos (fls. 691/699 e anexos às fls. 700/36), em síntese, o defendente alegou que não possuía qualquer ingerência na contratação do pessoal colocado à disposição do DFTRANS via ICS, cabendo-lhe tão-somente fazer gestões perante esse Instituto de forma a viabilizar o atendimento dos pedidos de serviços feitos pelas unidades setoriais da Autarquia.

50. De fato, não há qualquer comprovação nos autos que demonstre que o executor do contrato possuía competência ou grau de ingerência no ajuste a ponto de ser responsabilizado pela contratação de qualquer pessoa via ICS. Também, comungamos do mesmo entendimento anteriormente exposto na instrução transcrita no § 47 retro de que o Sr. Ronaldo agiu, dentro de suas possibilidades, no sentido de melhor fiscalizar a execução do contrato em questão.

51. Nesses termos, entendemos procedentes os argumentos apresentados pelo Senhor Ronaldo Prates Mendes, ratificando, *in totum*, o exposto na Informação nº 83/08 – 3ª ICE/Divisão de Contas.

II.3. GILVANETE MESQUITA DA FONSECA

52. A Senhora Gilvanete Mesquita da Fonseca, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Transportes à época dos eventos aqui tratados, foi chamada a apresentar defesa em face do item II.2 da Decisão nº 5646/2008 pelo prejuízo decorrente do pagamento de remuneração ao empregado José Ricardo Costa Mendes Cateb, no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006, sem a devida comprovação de prestação de serviço laboral.

53. Para essa defendente, apresentamos cada tópico aduzido em sua defesa e, imediatamente, faremos nossas análises. Em linhas gerais, argumentou-se o seguinte (fls. 634/642)⁶:

II.3.1. “DA SUPOSTA AFRONTA AO PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE” (fls. 635/637):

“[...] é fragílissima a indicação de afronta ao princípio da impessoalidade atribuída à Defendente sob a ótica de contratação de parentes. Primeiramente, porque o indicado José Ricardo Costa Mendes Cateb não é parente da Defendente. Segundo, reitera-se a assertiva já apresentada nas razões de justificativa: '(...) tanto a prestação do serviço como os seus pagamentos eram efetuados pelas horas trabalhadas, independente da pessoa que executava o

6 Os destaques nos trechos transcritos são originais.



*trabalho'. NÃO SE PODE REFUTAR O ALEGADO PELA DEFENDENTE – QUE NÃO É PARENTE DO CITADO EX-FUNCIONÁRIO DO ICS – COM A SIMPLES ASSERTIVA CONSTANTE DO § 28 da Informação nº 83/2008 – 3ª ICE/Divisão de Contas: 'Quanto à impessoalidade da execução dos serviços, **argüimos** que ela inexistente, pois a contratação era por hora técnica e não por serviço executado (...).'*

Ora, o termo ARGÜIR, utilizado pelos auditores e que fundamenta a decisão 'previamente condenar' a Defendente, significa, meramente: 'alegar como prova ou razão'; 'utilizar um conjunto de idéias, fatos, etc., como base para argumentação'; 'acusar ou qualificar (alguém) de'; 'aparentar, denotar' (significados constantes do Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa). Como se vê, a apenas utilização do termo 'argüimos' não dá e não pode dar à Auditoria (atuação dos ilustres auditores) a prerrogativa de prova cabal de que algo sugerido, ainda que em conclusão, seja dado em absoluta verdade. Faltou à Auditoria prova incontestada de que houve afronta ao princípio da impessoalidade [...].

*Ainda quanto ao princípio da impessoalidade, tem-se que, segundo José Afonso da Silva, pelo fato de os servidores agirem de acordo com a vontade em nome da Administração; logo, seus atos são imputados ao Poder Público. Ademais, **a responsabilidade dos atos administrativos praticados não deve ser imputada ao agente e sim à pessoa jurídica – Administração Pública direta ou indireta.**"*

II.3.1.1. ANÁLISES

54. De fato, não há comprovação, nos autos, de que a Sra. Gilvanete seja parente do senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb. Todavia, não é somente isso que caracteriza o malferimento ao princípio da impessoalidade. Alertamos, neste ponto, para o significado jurídico e doutrinário desse preceito, a fim de entendermos o alcance que se dá, neste caso, à falha atribuída à defendente.

55. Para Hely Lopes Meirelles⁷, o princípio da impessoalidade se funde com o da finalidade administrativa, impondo ao administrador praticar o ato na estrita observância do fim legal a que ele se destina, e acrescenta:

"[...] E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal.

[...]

E a finalidade terá sempre um objetivo certo e inafastável de qualquer ato administrativo: o interesse público. Todo ato que se apartar desse objetivo sujeitar-se-á a invalidação por desvio de

⁷ Op. cit., pp. 85/86.



finalidade, que a nossa lei de ação popular conceituou como o “fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência” do agente (Lei 4.717/65, art. 2º, parágrafo único, “e”).

Desde que o princípio da finalidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública, o administrador fica impedido de buscar outro objetivo ou de praticá-lo no interesse próprio ou de terceiros. [...]

O que o princípio da impessoalidade veda é a prática de ato administrativo sem interesse público ou conveniência par a Administração, visando unicamente a satisfazer interesses privados, por favoritismo ou perseguição dos agentes governamentais, sob a forma de desvio de finalidade. Esse desvio de conduta dos agentes públicos constitui uma das mais insidiosas modalidades de abuso de poder [...].⁸

56. Assim, o fato de o senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb, que estava atrelado ao ajuste celebrado entre o DFTRANS e o ICS, ter acompanhado a defendente no gabinete da Secretaria de Transportes e, posteriormente, da Secretaria de Esporte, conforme relatado pela equipe de auditoria (ver § 67 adiante), caracteriza malferimento do princípio da impessoalidade ou da finalidade do ato administrativo. Esse senhor fora contratado para executar serviços para o DFTRANS, não poderia, pois, ter sido desviado para trabalhos na ST.

57. Quanto aos malabarismos argumentativos acerca do termo “arguir”, que teriam sido utilizados pela equipe de auditoria, os arrazoados da defesa não merecem prosperar. A uma, porque são simples definições literais do vocábulo em questão, desprovidos do necessário cotejo com o caso concreto. A duas, por não ser verdade a inexistência de provas sobre o alegado pelo corpo técnico. Os fatos apontados tiveram como embasamento a auditoria realizada e a coleta de documentos carreados aos autos. Logo, não foram simples alegações baseadas em deduções sobre a realidade aparentemente constatada.

58. Ainda, no § 28 da Informação nº 83/08 – 3ª ICE/Divisão de Contas, utilizado pela defendente para embasar seus argumentos, há um trecho que foi por ela excluído, qual seja (fl. 579, vol. III):

“[...] Tanto era assim que os faturamentos discriminavam as quantidades de horas despendidas pelos trabalhadores do ICS (como exemplo, podemos citar os documentos de fls. 176 a 182 do Anexo I)” – Destacamos.

59. Assim, os responsáveis pela auditoria não se pautaram em suposições motivadas pelo verificado em um momento estante quando em visita à jurisdicionada, mas em fatos suportados também por provas documentais.



60. No tocante à assertiva de que, segundo o festejado juriconsulto José Afonso da Silva, os servidores públicos não seriam responsáveis por seus atos, haja vista atuarem em nome da Administração, não possui o menor fundamento jurídico. Ademais, a defendente distorce as lições do nobre professor.

61. José Afonso da Silva, acertadamente, diz que os atos dos servidores públicos não são pessoais, não provêm da vontade desses agentes, mas dão cumprimento à vontade estatal. Nada mais absurdo querer entender com isso que o agente público não responde pelos atos que praticou em nome da Administração. Vejamos⁹:

“3. Princípio da impessoalidade

O princípio ou regra da impessoalidade da Administração Pública significa que os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que os pratica mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal. Por conseguinte, o administrado não se confronta com o funcionário x ou y que expediu o ato, mas com a entidade cuja vontade foi manifestada por ele.

[...]

Por isso é que a responsabilidade, para com terceiro, é sempre da Administração [...].

A personalização, ou seja, a individualização do funcionário, pode ser recomendável, quando atue não como expressão da vontade do Estado, mas como expressão de veleidade, capricho ou arbitrariedade pessoal.⁵ [...] A personalização vale assim para imputar ao funcionário uma falta e responsabilizá-lo perante a Administração Pública, a fim de que esta lhe imponha a punição cabível.”¹⁰

62. Com isso, cremos não caberem comentários adicionais à infundada tese da defesa.

II.3.2. “DO SUPOSTO PREJUÍZO AO ERÁRIO POR SUPOSTA AUSÊNCIA DE LABOR” (fls. 637/639, vol. IV):

“Consta da Informação nº 58/2007 – 3ª ICE/Divisão de

⁹ Destaques do original.

¹⁰ Silva, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 25ª ed. São Paulo : Malheiros, 2005, pp. 667/668.



Contas, de 7 de março de 2007 a determinação de se autorizar a audiência da Defendente em função de:

'(...) faturamento de trabalho de empregado do ICS, sem comprovação de prestação laboral, ante a possibilidade de conversão do processo em TCE (art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, c/c § 4º, art. 2º, da Emenda Regimental nº 1, com redação atualizada)'.

Para contra-argumentar e rechaçar esta acusação, os seguintes tópicos precisam ser destacados:^[11]

[...]

Como se vê, os auditores utilizam termos como **CONJECTURAR** ('ato ou efeito de inferir ou deduzir que algo é provável, com base em presunções, evidências incompletas, pressentimentos; conjectura, hipótese, presunção, suposição') e **INDÍCIO** (circunstância que possui relação com o fato delituoso, possibilitando a construção de hipóteses com ele relacionadas sobre a autoria e seus demais aspectos, e que pode ser utilizada como prova em processo judicial). Tudo sem qualquer prova inconteste; apenas com inferências, conjecturas, indícios, hipóteses.

[...]

Vejamos alguns contra-argumentos aos trechos destacados anteriormente da Informação nº 58/2007 – 3ª ICE/Divisão de Contas:

- a) Os auditores constataram **não haver diferença significativa do ponto de vista financeiro**. Ora, quanto ao pessoal, não foi constatado prejuízo ao erário.
- b) Quanto ao então empregado do ICS, José Ricardo Costa Mendes Cateb, os auditores trabalharam no campo das conjecturas (quanto à suposta ausência de prestação de serviços) e de eventual indício (em relação a suposto dano ao erário). Ninguém pode ser penalizado por conjecturas ou indícios. As provas para a condenação de servidor em situações como esta precisam ser cristalinas, irrefutáveis e contundentes; não meramente dedutivas.
- c) Senhor Presidente, **os auditores foram, segundo a Informação nº 58/2007 – 3ª ICE/Divisão de Contas, uma única vez ao DFTRANS, em 5.10.2006, para 'averiguar a presença física dos empregados do ICS'**. Como já informado, o Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb prestava os serviços no Gabinete da ST, logo, não seria mesmo encontrado na autarquia DFTRANS, que fica a uns dois quilômetros do local. O fato de a

11 No texto da defesa foram transcritos trechos dos §§ 18, 20, 8º, 9º, 14 e 15, nessa ordem, da Informação nº 58/2007 (fls. 463, 461 e 462), os quais, por desnecessário, deixamos de reproduzir.



S^{ra}. Aliete Maia Rezende Aguiar informar que não poderia mostrar as folhas de ponto por determinação do ICS' e que, com relação ao citado empregado existia apenas sua folha de frequência, mostra claramente que o empregado prestava seus serviços (e era normal o ICS não mostrar as folhas de ponto). Até porque, já ficou caracterizado que quem preenchia a folha de frequência dos empregados do ICS eram servidores do próprio ICS, responsáveis pelo controle dos serviços prestados; não – e sob hipótese alguma – a Defendente. Esta, no caso, apenas assinou a folha de frequência já preenchida pelo ICS, ratificando os serviços prestados ao Gabinete pelo empregado em comento. Não é razoável a auditoria afirmar inexistência de trabalho de determinado empregado indo uma única vez ao local que ele nem prestava serviços e mesmo visualizando sua folha de frequência.

d) O fato de a S^{ra}. Aliete nunca teve controle sobre o ponto de José Ricardo Costa Mendes Cateb não caracteriza ausência do labor do referido empregado. Tanto que ABSOLUTAMENTE NINGUÉM AFIRMOU QUE ELE NÃO TRABALHARA, pelo contrário, um assessor do setor comunicou que ele estaria prestando serviço na Secretaria de Esportes (...) (§ 14 da Informação nº 58/2007 – 3ª ICE/Divisão de Contas) e o próprio executor do contrato disse que 'com a saída da então chefe de Gabinete, Sra. Gilvanete Mesquita da Fonseca, o empregado também fora dispensado' – o que denota que efetivamente trabalhou, como de fato aconteceu e a Auditoria não conseguiu provar o contrário.

e) Mera declaração de residência em outra cidade não é prova de absolutamente nada, não merecendo prosperar os argumentos dedutivos dos doutos auditores.

[...]

De se destacar que a estrutura do Gabinete – com várias assessorias – permitia que qualquer prestador de serviços não ficasse atrelado exclusivamente dentro do Gabinete (vide organograma – cópia anexa). Os serviços foram prestados, nos termos da ficha de frequência preenchida por próprios prepostos do ICS.”

II.3.2.1. ANÁLISES

63. Mais uma vez a defendente faz uso do significado literal de alguns termos utilizados pela equipe de auditoria para alegar não existirem provas do apontado pelos técnicos desta Corte.

64. Aqui cabem os mesmos comentários expressos no § 57 desta peça para encerramento da questão.

65. Quanto ao argumento de que os auditores constataram não haver significativa diferença do ponto de vista financeiro no tocante aos dispêndios com o



pagamento de pessoal, recomenda-se uma leitura mais acurada aos termos da Informação nº 58/07 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fl. 463, § 18), vez que essa assertiva não se destinou ao senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb, conforme se depreende do teor dos §§ 20/23 da mesma instrução (fls. 463/464, vol. III).

66. Também, o raciocínio desenvolvido pela defesa de que a equipe de auditoria estivera uma única vez no DFTRANS para averiguar a presença física dos empregados do ICS e de que o Senhor José Ricardo prestava serviços em outro local (Secretaria de Transportes) e por isso mesmo não poderia ser encontrado no DFTRANS, não acode à defendente, ao contrário, contra ela depõe. Há que se fazer uma análise mais detida sobre essa questão. Vejamos.

67. Em 3 de outubro de 2006 compareceram os analistas à Secretaria de Transportes, ocasião em que entregaram a Nota de Auditoria nº 2/2006 ao Senhor Fabiano Frabetti, então chefe de gabinete da ST (fl. 69, vol. I). Nesse momento é que foram colhidas as informações trazidas no § 14 da Informação nº 58/07 – 3ª ICE/Divisão de Contas, asseverando que:

“14. Em relação ao empregado José Ricardo Costa Mendes Cateb (fls. 70 do anexo I), à época em serviço no Gabinete da Secretaria de Transportes, não foi encontrada sua avaliação de desempenho, existindo apenas sua folha de frequência. Segundo a Sra. Aliete (§ 8º desta instrução), nunca teve controle sobre o seu ponto. Na ST, em auditoria de fls. 68/69, o chefe de gabinete não soube informar sua lotação. Um assessor do setor comunicou que ele estaria prestando serviço na Secretaria de Esportes. Em entrevista informal com o executor do contrato, Sr. Ronaldo Prates Mendes (fls. 43 – v), disse-nos que, com a saída da então chefe de gabinete, Sra. Gilvanete Mesquita da Fonseca (fls. 70 do anexo I), o empregado também fora dispensado. No entanto, o novo chefe de Gabinete, Sr. Fabiano Frabetti, atestou a sua presença no mês de agosto (fls. 68 destes autos e fls. 466 do anexo III), contradizendo a afirmação do executor.”

68. Adicionalmente a isso, fazemos as seguintes ponderações:

- a) o Senhor José Ricardo fora contratado para prestar serviços ao DFTRANS, mas, como demonstrado, estaria à disposição do gabinete da Secretaria de Transportes;
- b) quando a equipe de auditoria esteve na ST, ao indagar pelo empregado em questão, foi informada de que o mesmo estava à disposição da Secretaria de Esporte (SE), acompanhando a Sra. Gilvanete, que já havia saído da ST (cópias da exoneração e nomeação respectivas, às fls. 805/806, vol. V, demonstram que ela esteve na ST até 29 de agosto de 2006 e que nesse mesmo dia passou a ocupar o cargo de secretária-adjunto da SE);
- c) o ICS não possuía qualquer controle sobre a frequência do empregado



em questão, conforme informou a Senhora Aliete, sendo que ele prestaria seus serviços diretamente subordinado à Sr^a Gilvanete;

- d) das folhas de ponto dos empregados solicitadas ao ICS, referentes a agosto e setembro de 2006, a única faltante é a do empregado em questão (fls. 287/348, vol. II), mas mesmo assim sua frequência foi confirmada em agosto de 2006 (fl. 466, Anexo II), conforme já exposto pela equipe de auditoria no § 15 da Informação nº 58/07 – 3ª ICE/Divisão de Contas, fl. 462, vol. III.

69. Ainda, a documentação inserta às fls. 808/866, vol. V, demonstra larga atividade advocatícia do Senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb, OAB-MA 3796, em São Luís, Maranhão, exatamente no período em que supostamente estaria em Brasília prestando serviços por força do Contrato de Gestão nº 001/2002, qual seja, dezembro de 2005 a agosto de 2006. Aquela cidade é a mesma declarada como sendo o local da residência desse senhor à Receita Federal do Brasil (fl. 379, vol. II).

70. As tabelas às fls. 867/868, vol. V, listam 26 ações judiciais em que atuou o Sr. José Ricardo como advogado. A movimentação desses processos revelam que eles estavam em plena atividade, carecendo, portanto, do acompanhamento ativo do seu patrono.

71. Nas ações aqui mencionadas, tanto no âmbito da Justiça comum, quanto da do Trabalho, há a realização de audiências no período suso referido, bem como a autuação de processos. Pode-se até alegar que a autuação processual é mera diligência administrativa, inerente e exclusiva dos cartórios das varas judiciais. Todavia, não se pode olvidar que o impulso inicial dessa atividade é a petição de um advogado.

72. Dessa forma, não há como prosperarem as alegações da defesa, pois, ao contrário do que afirma a defendente, configurada está a não-prestação dos serviços pelo Senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb no período indicado.

II.3.3. “DA PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE” (fls. 639/640, vol. IV):

“Se os auditores inferem (sem nenhuma prova concreta e irrefutável) que não houve a prestação dos serviços do empregado do ICS, José Ricardo Costa Menda Cateb, a Defendente afirma que os serviços forma prestados, avocando, para tanto, o princípio da PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE.

*O TCDF, ao analisar esta defesa, não pode se esquecer de que os atos praticados pela Administração Pública assentam-se no Princípio da Presunção de Legitimidade, porquanto se presumem verdadeiros e em conformidade com o direito. De fato, tal presunção não é absoluta, vez que admite prova em contrário, contudo, **o TCDF não provou as inferências ofertadas em desfavor da***



Defendente.

*Em contrapartida, **a Defendente**, quando atestou a ficha de frequência (preenchida por funcionários do ICS e a ela levada para reiterar as informações), ratificando os serviços efetivamente prestados pela Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb, **goza de fé pública** quanto às informações prestadas (vide jurisprudência): [...]*

II.3.4. “OBSERVAÇÕES RELEVANTES” (fls. 640/641, vol. IV):

*“Consta da Citação nº 13/2008 – 3ª ICE que ‘a não-apresentação de defesa no prazo estabelecido, bem como a rejeição das alegações apresentadas à Corte, ensejará a imputação do débito pelo Tribunal, com os acréscimos legais, **com base nos elementos dos autos**’.*

Ora, os elementos dos autos são totalmente de conjecturas, inferências, suposições, indícios e hipóteses. Reitera-se: sem provas que atribua à Defendente ato ensejador de prejuízo ao Erário, até, NÃO PROVOU, A AUDITORIA, QUE O CITADO EMPREGADO DO ICS, DE FATO, NÃO LABOROU NO PERÍODO APURADO. Se não há provas do alegado; não há condenação.

O próprio TCDF se encarregou de estabelecer regras que caracterizam possibilidade de prejuízo ao erário; e, em nenhuma delas, a Defendente se enquadra (Resolução n.º 102/98-TCDF):

- a) omissão no dever de prestar contas;*
- b) não comprovação da aplicação de recursos concedidos na forma de suprimentos de fundos ou transferidos pelo Distrito Federal mediante convênio, acordo ajuste ou outros instrumentos congêneres; bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição;*
- c) ocorrência de desfalque de dinheiros, bens ou valores públicos;*
- d) ocorrência de desvio de dinheiros, bens ou valores públicos;*
- e*
- e) prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico que implique dano ao erário.*

Nenhum desses atos ficou caracterizado.”

II.3.5. “DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA” (fl. 641, vol. IV):

“Por esse princípio, necessariamente, deverá o acusador (TCDF) provar que a servidora praticou um ato delituoso, pois é



vedada a condenação se inexistem as necessárias provas que atestem o apenamento, o ônus da prova dos fatos constituídos da pretensão penal pertence com exclusividade à acusação, sem que se possa exigir a produção por parte da defesa de provas referentes a fatos negativos.

[...]

A prova que porventura, efetivamente, condenar o acusado deve ser suficiente para elucidar os fatos apurados; deve ser robusta, sob pena de se invalidar apenamentos constituídos sobre seu manto. No caso, não é. Daí avocar o princípio da inocência, que só pode ser refutado com robusta e suficiente prova em contrário, o que o TCDF, em auditoria, não conseguiu fazer.

A inexistência de provas retira a possibilidade de qualquer punição ao servidor, visto ser necessária, para a apenação, a liquidez e a certeza. Não se admite a condenação ou a imposição em inferências, conjeturas ou suposições. Sem prova concreta e robusta, que não dê margem a dúvidas, não há como condenar ninguém. Deve-se pautar na máxima in dubio pro reo."

II.3.5.1. ANÁLISES

73. Os argumentos transcritos nos itens II.3.3, II.3.4 e II.3.5 retro tentam inverter a ótica dos fatos em debate. Correta a presunção de legitimidade dos atos praticados pela Sra. Gilvanete, mais acertada, ainda, a relativização dessa premissa. Todavia, conforme já exposto, ficou demonstrada a não-prestação dos serviços pelo Sr. José Ricardo. Não somente a defendente possui fé pública no exercício de suas funções, mas também os integrantes da equipe de auditoria deste Tribunal. Assim, caberia à defendente, agora, provar o que alegou. Mas isso não foi feito. Ao contrário, limitou-se a buscar desqualificar o trabalho da equipe de auditoria, que se baseou na farta documentação carreada aos autos, comprovando o prejuízo alegado.

II.3.6. CONCLUSÕES SOBRE A DEFESA

74. Por todo o exposto, consideramos deva ser declarada improcedente a defesa da Senhora Gilvanete Mesquita da Fonseca, cujos argumentos não lograram afastar a responsabilidade que lhe foi imputada pelos eventos questionados pelo Tribunal.

75. Como consequência, dever-se-ia determinar à defendente que recolhesse, solidariamente com os demais responsabilizados neste feito, o valor do pagamento indevido ao ICS referente aos salários do Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb, sem a comprovação de prestação laboral no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006, cujo valor, atualizado até 11.5.2009, perfaz R\$ 58.002,57 (fl. 869, vol. V). Todavia, trataremos dessa questão adiante, de maneira conjunta



para todos os aqui responsabilizados e imputados em débito.

76. Não obstante, entendemos deva o Tribunal avaliar a conveniência e a oportunidade de aplicar à defendente as sanções previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, conforme previsto na Decisão nº 5646/2008, item II.2.

II.4. FABIANO FRABETTI (fls. 752/755, vol. IV)

77. O Senhor Fabiano Frabetti, então chefe de gabinete da Secretaria de Transportes, passou a ocupar esse cargo a partir de 8 de setembro de 2006, em substituição à Srª Gilvanete Mesquita da Fonseca, nomeada para outra função na Secretaria de Estado de Esporte (fls. 805/807, vol. V). Fora ele chamado a apresentar defesa nos termos do **item II.2 da Decisão nº 5646/2008**, em face do prejuízo ao erário causado pelo pagamento ao ICS da remuneração do Senhor José Ricardo Costa Mendes Cateb, sem comprovação de prestação laboral.

78. Referido senhor atestou a frequência do multicitado empregado no mês de agosto de 2006, não obstante só haver tomado posse na chefia de gabinete da Secretaria de Transportes (ST) no mês seguinte.

79. A defesa alicerça-se, em síntese, nos seguintes pontos:

- a) não houve embasamento para a Decisão nº 5646/2008, que negou provimento às razões de justificativa do defendente, haja vista o voto condutor do citado *decisum* não ter apresentado motivos de fundamentação;
- b) a precoce investidura do defendente no cargo de chefe de gabinete da ST não foi considerada quando da apreciação das justificativas do defendente, não obstante haver ele aduzido tais alegações;
- c) por ser recém empossado na chefia de gabinete da ST, à época dos fatos questionados pela Corte, o defendente não poderia agir de outra forma a não ser atestar a frequência do Sr. José Ricardo, o que se deu somente após confirmação da prestação do serviço com a anterior chefe de gabinete;
- d) com a saída da Srª Gilvanete para exercer o cargo de secretária-adjunto na Secretaria de Esporte, o Sr. José Ricardo passou a acompanhá-la em face da autorização verbal do Sr. Secretário, com vistas à conclusão de trabalho de assessoria que vinha executando em Grupo de Trabalho, do qual a Srª Gilvanete fazia parte e se comprometeu a finalizar;
- e) a folha de frequência do Sr. José Ricardo, referente a setembro de



2006¹², não foi atestada, sendo excluídas e não pagas as horas técnicas ali referidas;

- f) as razões de justificativa apresentadas pelo executor do contrato, Sr. Ronaldo Prates Mendes, as quais confirmam as informações prestadas pelo defendente, foram consideradas procedentes;
- g) não houve nenhuma irregularidade, haja vista que os serviços prestados pelo ICS se davam de forma impessoal (prestação através de horas técnicas);
- h) o documento de frequência assinado pelo defendente não era folha de ponto, mas sim um espelho desta, confeccionado pelo executor do contrato e com base nas informações do supervisor do ICS;
- i) não há sequer indícios de que o empregado do ICS em questão não laborou;
- j) o documento de controle de frequência, firmado pelo defendente, possui presunção de veracidade, pois baseou-se nas informações da folha de ponto assinada pelo empregado e atestada pelo supervisor do ICS e confirmada verbalmente com a anterior chefe de gabinete; e
- k) por esses motivos a atuação do defendente não teria causado prejuízos ao erário.

II.4.1. ANÁLISES

80. Não procede a alegação de que a decisão do Tribunal careceu de motivação. No voto condutor da Decisão nº 5646/2008 (fl. 604, vol. III) ficou expressamente consignado o acolhimento dos “... fundamentos fáticos e jurídicos expostos pela unidade técnica e pelo douto Ministério Público...”.

81. Não é verdade que não se considerou o fato de o Sr. Fabiano estar há pouco tempo à frente do gabinete da ST. O § 36 da Informação nº 83/08-3ª ICE/Divisão de Contas esclarece não ser a precocidade no cargo motivo de exclusão de responsabilidade. Embora se tenha alegado ter agido com cautela para confirmação das informações prestadas por ocasião do atesto da frequência do empregado, o defendente não logrou afastar as provas já carreadas aos autos e nesta ocasião fortalecidas com a documentação de fls. 808/867, vol. V.

82. O fato de a folha de frequência de setembro de 2006 do Sr. José Ricardo não haver sido atestada e as horas técnicas respectivas não terem sido pagas em nada influencia estes autos, vez que não se apontou possível prejuízo decorrente de pagamento de remuneração relativa a esse período.

12 Erroneamente citou-se 2008 (fl. 754).



83. Quanto às razões de justificativa apresentadas pelo executor do contrato, *in casu*, somente a ele aproveitam, pois as informações trazidas não afetaram a situação fática relativa ao Sr. Fabiano Frabetti.

84. A atuação do defendente, ao atestar a frequência do Sr. José Ricardo no mês de agosto de 2006, causou, ao contrário do que acredita ele, prejuízo ao erário, uma vez que essa informação foi utilizada pela Administração para efetuar os pagamentos ao ICS.

85. Também incorreta a tese de que os serviços eram executados de forma impessoal, mediante prestação laboral através de horas técnicas.

86. O termo “horas técnicas” não tem o condão de alterar a realidade dos fatos demonstrados nos autos. Ora, os empregados do ICS estavam lotados nas dependências do DFTRANS e da ST e lá desempenhavam suas funções, de forma contínua e em horário pré-determinado e há longo tempo, seguindo as determinações da autarquia. As folhas de ponto trazidas aos autos caracterizam a periodicidade e continuidade laboral, confirmando a tese da pessoalidade na prestação dos serviços (fls. 287/248, vol. II). Não foram os empregados contratados para o desempenho de tarefas específicas e por tempo certo, sendo remunerados por produto apresentado à Administração, conforme quer fazer crer o Contrato de Gestão nº 001/2002, que já foi, inclusive, considerado ilegal por este Tribunal por, dentre outros aspectos, configurar burla ao instituto do concurso público (Decisão nº 6171/2007, item II.3)¹³.

87. Ao contrário do que defende o Sr. Fabiano, conforme já demonstramos nesta e em ocasiões passadas, há sim indícios de que o Sr. José Ricardo Costa Mendes Cateb não laborou no DFTRANS ou na ST por força do Contrato de Gestão nº 001/2002, no período apontado nos autos (ver comentários nos §§ 66/72 retro). Ademais, para relembrar, em atenção às solicitações da equipe de auditoria, a folha de ponto referente a agosto de 2006 de todos os empregados do ICS foram apresentadas (cópias às fls. 318/348, vol. II), à exclusiva exceção da do Sr. José Ricardo.

88. Visto isso, não prosperam os argumentos da defesa do Senhor Fabiano Frabetti.

89. O débito que seria imputado ao defendente equivale ao quanto foi repassado ao ICS pela remuneração do empregado em comento, relativamente ao mês de agosto de 2006 que, a valores de 11.5.2009, perfaz R\$ 6.405,37 (fl. 869, vol. V).

13 “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: [...] II. Considerar: [...] 3) que os Contratos de Gestão nºs 001/99 e 001/02, firmados pelo então DMTU com o Instituto Candango de Solidariedade, não guardam conformidade com a legislação, por infringirem os arts. 3º, parágrafos 1º, 2º, e 8º da Lei n.º 2.177/98, arts. 5º e 7º, “caput”, inciso I, da Lei n.º 2.415/99, art. 24, inciso XXIV, da Lei n.º 8.666/93, e art. 37, inciso II, da Constituição Federal [...]”



90. Quanto à aplicação de multa preconizada no art. 57, II e III, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, deve-se buscar atentar para o princípio da proporcionalidade no momento de seu estabelecimento, considerando que o Senhor Fabiano Frabetti teve atuação somente no que se refere ao prejuízo pela remuneração relativa a agosto de 2006.

91. Já a sanção prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 1/94, esta mostra-se desproporcional. Como visto, esse Senhor não teve atuação determinante para a ocorrência dos fatos perseguidos nestes autos, tampouco agiu de forma reiterada. Embora se pudesse esperar conduta diversa, os atos recriminados pelo Tribunal já estavam cristalizados no âmbito da Secretaria de Trabalho. Assim, entendemos que, *in casu*, não deva o Tribunal aplicar ao defendente a sanção em comento.

II.5. VALDEMIR EVANGELISTA DE OLIVEIRA (fls. 643/670 e anexos às fls. 672/690 e 756/802, vol. IV)

92. O Senhor Valdemir Evangelista de Oliveira foi signatário do Termo Aditivo de Re-ratificação do Contrato de Gestão nº 001/2002, celebrado em 14 de janeiro de 2005. A partir desse aditivo é que passaram a fazer parte do ajuste entre o DFTRANS e o ICS a locação de veículos. O defendente foi responsável, também, pelo Quarto Termo Aditivo do citado contrato, firmado em 20 de janeiro de 2006.

93. Em vista disso, considerando o prejuízo apontado em relação à locação de veículos com preços superiores aos de mercado, foi o Sr. Valdemir Evangelista de Oliveira citado para apresentar defesa, nos termos do item II.3 da Decisão nº 5646/2008, ante a possibilidade de imputação de prejuízo.

94. Passamos à análise das ponderações do defendente.

II.5.1. ARGUMENTAÇÕES INICIAIS

95. Em linhas gerais, aduziu-se que¹⁴:

- a) o ICS ainda seria credor de R\$ 1.100.400,22, conforme consta do Relatório de Auditoria nº 134/2007-CONT/DAG, motivo pelo qual não haveria que se falar em prejuízo, uma vez ser possível efetuar-se a compensação contábil dos valores;
- b) há ausência de provas documentais, constando apenas ilações dissociadas produzidas com o propósito de isolar e atingir individualmente a pessoa do defendente;
- c) "09. Em sentido oposto à afirmação supra, nas Razões de Justificativa

14 Nas citações, os destaques são originais.



não está contido que o ora Defendente tenha se eximido de responsabilidades no exercício de suas funções públicas. Muito ao contrário! Acatou ordens superiores, cumpriu suas obrigações funcionais e manteve respeito ao patrimônio e interesses públicos.” (fl. 646);¹⁵

- d) o DFTRANS dispõe de autonomia, assegurada pela lei¹⁶, sendo que a gestão administrativa e financeira da autarquia é da responsabilidade do Senhor Secretário de Estado de Transportes, conforme determinado em decreto¹⁵;
- e) a equipe de auditoria se contradisse ao afirmar, em um momento, 'que a tese da urgência da contratação [de veículos] em função da problemática do transporte público não prospera', e em outro, entendeu que 'as atribuições da autarquia demandam a existência de uma frota de carros a satisfazer a necessidade de fiscalização e apoio logístico, razão pela qual a locação dos veículos teria sua razão de ser';
- f) *“13. ... as autoridades encarregadas pela fiscalização empreenderam uma verdadeira batalha contra os 'ônibus piratas', o 'transporte alternativo', as 'vans', as 'locações' efetuadas tanto por carros particulares como os de praça (táxi).” (fl. 647);*
- g) era necessária a contratação de um número maior de veículos para garantir o pleno exercício da fiscalização, tendo em vista o crescimento de atividades clandestinas e irregulares ocorridas no Distrito Federal e em cidades do Entorno;
- h) *“14. ... fazia-se imperioso, também, enfrentar as limitações impostas pelo Decreto nº 24.815 de 21/07/2004, que impunham restrições à aquisição e até mesmo à locação de veículos terceirizados.” (fl. 647);*
- i) *“... para melhor elucidação do problema, solicita-se desta Egrégia Corte de Contas providência junto à Secretaria de Transporte e ao DFTRANS para que sejam incorporadas aos autos informações relativas às ações de fiscalização realizadas no período de 2005 a 2006, principalmente quanto aos tipos de transporte irregular mencionados ...”;*
- j) ficou evidenciada a compatibilidade dos preços dos veículos alugados via ICS com aqueles praticados pela SGA, pois foram atendidas as regras do Decreto nº 24.815/2004 (arts. 3º, §§ 1º e 2º, e 4º, parágrafo único), bem como a rotina utilizada para locação dos veículos demonstrou o atendimento dessas regras;
- k) *“19. ... para as estimativas de preços do Contrato de Gestão em comento,*

15 O defendente refere-se ao § 16 da Informação nº 83/08 – 3ª ICE/Divisão de Contas, fl. 577, vol. III.

16 Cremos querer a defesa referir-se à Lei nº 241, de 28 de fevereiro de 1992, e ao Decreto nº 23.902, de 11 de julho de 2003.



utilizaram-se, como PARÂMETRO, os valores de locação de veículos constantes do Contrato firmado pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa – SGA, mediante o Processo nº 030.000.288/2005.” (fl. 650);

- l) “20. ... o Defendente e o senhor [...] executor do contrato, dirigiram-se ao Instituto Candango para verificarem **in loco** se o processo que levou à contratação da firma de locação de automóveis apresentou, dentre outras, a proposta efetivamente considerada a mais vantajosa para a Administração.”, tendo o coordenador administrativo-financeiro do DFTRANS também procedido à mesma verificação e confirmado a informação do defendente (fl. 650);*
- m) “22. ... os procedimentos licitatórios trazidos à colação pela equipe de auditoria, às fls. 89/200, não emprestam o subsídio necessário para confrontar a definição dos valores de locação de veículos em tela.” (fl. 651);*
- n) “23. ... o Pregão Eletrônico nº 353/2003 não se aplica ao caso sub examine porque não alude a uma forma diferenciada de fiscalização. Também não é verdade que, naquele caso, a modalidade de contratação levou em consideração a quilometragem livre. Mas, também não é fato verídico que os veículos seriam acionados em decorrência de chamamentos não eventuais e ininterruptos.” (fl. 651);*
- o) a fiscalização para inibir o transporte irregular (piratas, alternativos e assemelhados) ocorria de forma ininterrupta, em todos os horários e localidades do DF;*
- p) não há como comparar as locações procedidas no âmbito do Contrato de Gestão nº 001/2002 e aquelas decorrentes dos pregões efetuados pela Secretaria de Gestão Administrativa (SGA) por serem realidades distintas;*
- q) os exemplos de locações de veículos e seus preços, trazidos pela auditoria, tratam de procedimentos comuns (ordinários) ou realizados em condições diversas das que motivaram aquelas efetivadas via ICS.*

II.5.1.1. ANÁLISES

96. Neste momento, passamos à análise das alegações até aqui aduzidas, com o objetivo de não confundi-las com outros pontos que serão adiante apreciados.

97. Muitas das argumentações da defesa são repetições do que já se apresentou em razões de justificativa às fls. 499/503, vol. III, as quais foram devidamente afastadas pelo Corpo Técnico do Tribunal na Informação nº 83/08-3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 574/575, vol. III). Mas, para que não se alegue ofensa ao princípio do contraditório, o que realmente não caberia, trataremos de todos os



pontos arguidos pela defesa.

98. No tocante à possibilidade de compensação dos valores devidos ao ICS com os prejuízos demonstrados nestes autos, deixaremos para nos manifestarmos ao final, de forma conjunta para a totalidade dos responsabilizados nestes autos, vez que essa metodologia a todos afeta.

99. Acerca da afirmação de terem sido apresentadas “... dissociadas ilações com o propósito de isolar e atingir individualmente a pessoa do Defendente como fosse ele o ator de um monólogo, de uma peça teatral solitária e distante da esquecida realidade.” (fl. 645), temos a reiterar que a equipe de auditoria orientou-se exclusivamente pela constatação fática dos acontecimentos e suas conclusões foram pautadas pela documentação carreada aos autos. Nenhum sentimento, seja de que viés, norteou a atividade dos analistas subscritores da Informação nº 58/07-3ª ICE/Divisão de Contas. Note-se, ademais, que o Sr. Valdemir não foi o único apontado nos autos como responsável pelas falhas detectadas. Dito isso, entendemos não serem as acusações do defendente dignas de maiores preocupações.

100. Relativamente à afirmação de que inexistem provas e de que as conclusões da auditoria são apenas ilações, a robusta documentação acostada aos autos desfaz essa tese, não havendo necessidade de comentários adicionais.

101. Conforme já demonstrado (§§ 18 e 38/39 desta peça), a autonomia do DFTRANS fora mitigada pelo Decreto nº 23.902/2003, vez que passava por uma reestruturação. Por esse motivo, a gestão da autarquia passou a ser exercida pela Secretaria de Estado de Transportes em todos os seus aspectos, à exceção exclusivamente da representação jurídica da entidade. Essa realidade em nada favorece a defesa ou altera a situação fática constatada pela equipe de auditoria. Não cabe, pois, a assertiva de que a responsabilidade pela gestão do DFTRANS cabia exclusivamente ao Secretário de Transportes. O defendente praticou atos em nome da autarquia e por eles deve responder.

102. Não houve qualquer contradição no exposto no § 17 da Informação nº 83/08 – 3ª ICE/Divisão de Contas e no § 35 da Informação nº 58/07 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 578 e 466, vol. III, respectivamente). A defesa asseverou que em um momento os técnicos desta Corte concluíram que a tese da urgência para a locação de veículos, em função da problemática do transporte público, não prosperava e em outro ponto entenderam que as atribuições do DFTRANS justificariam a existência de uma frota de carros para satisfazer a fiscalização desenvolvida pela entidade.

103. O que se afirmou, inicialmente, foi que as funções do DFTRANS justificavam a existência de uma frota de veículos para o exercício da fiscalização, razão pela qual a locação teria razão de ser, não sendo, por si só, um ato condenável. Já no segundo momento, manifestando-se sobre as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Valdemir, consignou-se que nada havia nos autos



que corroborasse a tese da urgência na locação imediata de tantos automóveis. Ademais, foram contratados até mesmo veículos de luxo, o que não se coaduna com atividades de fiscalização.

104. As alegações de que se travava uma “*verdadeira batalha*” contra ações ilegais e clandestinas de particulares no transporte de pessoas, sendo necessário contratar um grande número de veículos para a efetivação e eficiência da fiscalização não foram comprovadas pelo defendente, que se limitou a fazer comentários sobre uma suposta situação de caos no sistema de transporte público local.

105. O defendente afirmou, também, que o Decreto nº 24.815, de 21 de julho de 2004, impôs limitações à aquisição e locação de veículos terceirizados. Incompreensível a tese. O § 2º do art. 1º do citado decreto (fl. 881, vol. V) exclui textualmente, das limitações impostas por essa norma, os veículos destinados especificamente às atividades de fiscalização (caso do DFTRANS), segurança pública, limpeza urbana e saúde.

106. Todavia, atividades de mero expediente não estariam abarcadas pela exceção do referido decreto. Assim, nesse sentido, teria havido até mesmo descumprimento do Decreto nº 24.815/2004 pela jurisdicionada, pois muitos dos veículos locados foram utilizados para entrega e recebimento de documentos, transporte de funcionários, compra de materiais etc, conforme se verifica das requisições de veículos para serviço externo constantes dos Anexos III e IV, muitas das quais autorizadas pelo Senhor Valdemir Evangelista de Oliveira.

107. Já a solicitação de que esta Corte requeira do DFTRANS e da ST, para incorporação aos autos, documentação acerca das atividades de fiscalização efetuadas em 2005 e 2006 não merece guarida. Não cabe a este Tribunal ocupar-se em subsidiar os argumentos da defesa. O ônus da prova cabe, agora, ao Sr. Valdemir.

108. Alegou-se, ainda, que o defendente, o executor do contrato e o coordenador administrativo-financeiro do DFTRANS verificaram, *in loco*, no ICS, que a contratação dos automóveis efetivamente resultou na proposta mais vantajosa para a Administração.

109. Não ficou comprovada a compatibilidade dos preços dos aluguéis de automóveis contratados via ICS com aqueles praticados no âmbito da SGA. Nenhuma prova dessa assertiva veio aos autos. A documentação acostada às fls. 757/802, vol. IV, como veremos adiante (§§ 139/142 desta peça), não corroborou a tese da defesa.

110. Ainda, ao contrário do que se afirmou, as cópias dos editais dos pregões acostados aos autos pela equipe de analistas demonstram a discrepância entre os valores pagos pelo DFTRANS e aqueles praticados tanto no âmbito da Administração local quanto pelo Banco do Brasil e, ainda, em pesquisa em



locadoras de veículos da cidade (fls. 89/242, vols. I e II). Os preços cotados nesses certames referem-se aos anos de 2003, 2004, 2005 e 2006, logo, não são extemporâneos aos eventos constatados na auditoria.

111. Inverídica, também, a afirmação de que o Pregão Eletrônico nº 353/2003 (fls. 124/140, vol. I) não contemplava em sua modalidade de contratação a quilometragem livre. Basta verificarmos as observações do item “9-a” desse certame (fl. 136, vol. I) para se comprovar o que atestou a equipe técnica do Tribunal.

112. Quanto à asserção de que a fiscalização se dava de forma ininterrupta e em todos os horários, as cópias das guias de controle e de requisição dos automóveis revelam o contrário (fls. 533/595, Anexo III, e 596/796, Anexo IV). Ali, percebe-se que esses veículos, na quase totalidade dos casos, eram utilizados no horário entre 7 e 18 horas e para serviços corriqueiros, de entrega e recebimento de documentos, compra de materiais e transporte de funcionários. Sequer encontramos registros de qualquer referência a atividades típicas de fiscalização do transporte público de passageiros.

113. Assim, a alegação de que as locações efetuadas pelo DFTRANS não pode ser comparada com aquelas realizadas pela SGA não prospera, pois, como visto no parágrafo precedente, os serviços desempenhados com os automóveis alugados eram corriqueiros, comuns, ordinários e, certamente, semelhantes, quiçá idênticos, aos da SGA.

114. Até aqui, improcedentes todos os arrazoados da defesa.

II.5.2 OUTROS ARGUMENTOS

115. Prosseguiu o defendente fazendo um paralelo entre a auditoria objeto destes autos e outra desenvolvida no âmbito da Primeira Inspeção de Controle Externo no Contrato de Gestão nº 001/2003 firmado entre o ICS e a Secretaria de Estado de Governo (Processo nº 14.300/2005), procurando apontar semelhanças e distinções entre ambos os mencionados atos de fiscalização. Não alcançamos a intenção da comparação aqui mencionada. As conclusões da mencionada auditoria depõem contra a tese da defesa, pois as deduções ali são idênticas às expostas nestes autos.

116. Prosseguiu o defendente:

- a) “31. ... o Defendente jamais afrontou os princípios da economicidade e razoabilidade, pois não tem qualquer vínculo direto com a contratação da empresa de locação de automóveis efetuada pelo Instituto Candango de Solidariedade, organização social de direito privado, já extinta.” (fl. 654);
- b) o Tribunal equivocou-se ao exigir do defendente prestação de contas, o que se consubstanciou na conversão dos autos em tomada de contas especial;



- c) o Contrato de Gestão nº 001/2002 vigorava plenamente à época dos fatos questionados nos autos, a despeito de sua provável antieconomicidade;
- d) para a formalização do Termo de Re-ratificação do contrato realizaram-se todas as rotinas legais, incluindo-se a justificativa prévia da área interessada, a determinação hierárquica e a apreciação formal pela assessoria jurídica;
- e) as cláusulas do ajuste delimitavam claramente as responsabilidades das partes, cabendo ao ICS a locação dos veículos e a imediata disponibilização desses à contratante. Em face disso, estaria o defendente livre das acusações, pois não seria ele o responsável direto pela suscitada contratação dos automóveis;
- f) o defendente cercou-se das medidas acautelatórias possíveis, tais como a verificação de que os preços das locações achavam-se compatíveis com os praticados no mercado no âmbito da SGA, em condições semelhantes, além de efetuar verificação, conjuntamente com o executor do contrato e do coordenador administrativo e financeiro do DFTRANS, *in loco*, dos procedimentos adotados pelo ICS para escolha da proposta mais vantajosa para a Administração;
- g) o contrato assegurava que a contratada responsabilizar-se-ia pelos eventuais danos causados direta ou indiretamente à contratante ou a terceiros;
- h) o defendente jamais impôs obstáculos à fiscalização do Tribunal, atendendo, prontamente, todas as solicitações que lhe foram dirigidas pela equipe de auditoria.

II.5.2.1 ANÁLISES

117. Improcedente o entendimento de não haver vínculo direto do Sr. Valdemir com a locação aqui questionada. Ora, sendo ele o subscritor do termo aditivo que possibilitou a contratação dos automóveis (fls. 12/19, vol. I), não há que se falar o contrário. Ainda, ficou claramente evidenciada a antieconomicidade e a ausência de razoabilidade para as locações, visto que ocorreram por preços superiores aos de mercado, bem como não se demonstraram os motivos fáticos a justificar a necessidade das contratações dos veículos.

118. No tocante à conversão dos autos em tomada de contas especial, não houve, como alegado, qualquer equívoco na atuação do Tribunal, nos termos do art. 46, *caput*, da Lei Complementar nº 1/94. O objetivo, como manda a lei, é a apuração minuciosa dos fatos para quantificação dos prejuízos e individualização das responsabilidades. Ademais, esse procedimento respeita os princípios do contraditório e da ampla defesa, sendo, pois, favorável ao defendente e não



prejudicial. Quanto a exigir-se do defendente “prestação de contas”, esse é um dever de todo agente público responsável por bens e dinheiros da sociedade, não havendo, pois, nenhuma correção a ser feita.

119. O fato de que o Contrato de Gestão nº 001/2002 vigorava plenamente à época da auditoria realizada, como alegado pela defesa, não o torna legal ou lhe afasta as irregularidades apontadas, mesmo que tenham sido seguidas as rotinas usuais para a sua formalização ou de seus termos aditivos.

120. O defendente alegou que os preços das locações dos veículos estavam compatíveis com os praticados no mercado no âmbito da SGA, tendo sido, inclusive, feitas verificações *in loco* no ICS para confirmar se estavam sendo escolhidas as propostas mais vantajosas para a Administração. Essa questão já fora tratada e as alegações refutadas nas análises expostas nos parágrafos anteriores e será mais detalhadamente debatida adiante nos §§ 139/142.

121. Também, a tese de que a contratada responsabilizar-se-ia pelos eventuais danos causados à Administração ou a terceiros não acode a defesa. Essa responsabilidade é decorrente de lei (Código Civil, art. 927, *caput*, e parágrafo único, c/c os arts. 186 e 187)¹⁷, estando, dessa feita, presente em todos os contratos firmados com órgãos e entidades do Distrito Federal, de forma tácita ou expressa. Isso, todavia, não afasta a responsabilidade e o dever do agente público de agir com zelo na administração do erário, tampouco sua responsabilização pelos atos que contra a Administração praticar.

122. Ainda, alegar que jamais impôs obstáculos à atuação do Tribunal não acode à defesa, pois não se questionou qualquer ato do defendente nesse sentido. Por força de lei, é dever de todo agente público facilitar e colaborar com as ações de fiscalização dos órgãos de controle interno ou externo (arts. 6º, I e V; 7º, *caput*; 42; 57, V e VI; 79, I e II, todos da LC nº 1/94).

123. Prosseguindo em seu mister, o defendente trouxe excerto de um artigo do subprocurador-geral do Ministério Público de Contas federal, que trata do princípio da economicidade, notadamente a vertente que deve ser seguida pelo controle externo quando da apreciação dos atos de gestão de recursos públicos.

17 Art. 927. *Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.*

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Art. 186. *Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.*

Art. 187. *Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.*



Transcrevemos parte do citado texto, que, a nosso ver, melhor se adequa ao que pretendeu a defesa¹⁸:

"[...] o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional – o TCU – ao exame, "pari & passu" dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos "vis—vis" o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetrável e muitas vezes irremediável, prejuízo social [...]."

124. Correta e irrepreensível a tese disposta no trecho suso transcrito. Todavia, em nada do ali expresso se afastou esta Corte de Contas quando da análise dos eventos tidos por irregulares e imputados ao defendente. Como amplamente demonstrado, a despesa decorrente da locação dos veículos mostrou-se antieconômica, pois, como visto, poderiam os automóveis terem sido alugados por valores muito menores aos efetivamente praticados.

125. Na sequência argumentativa, a defesa apegou-se à tese do "poder discricionário" do administrador público para justificar suas escolhas no âmbito do contrato em comento.

126. Discricionariedade é uma zona de vácuo deixada pela lei, na qual poderá o administrador atuar, sem que, contudo, se possa entender ser essa lacuna suporte para uma atuação distanciada da legalidade e desprovida de zelo na condução da coisa pública. Discricionariedade não se confunde com arbitrariedade, o que se consegue afastar com a devida motivação dos atos praticados. A comprovação, nestes autos, da antieconomicidade da despesa realizada é motivo mais do que suficiente para uma enérgica reprovação pelo Tribunal.

II.5.3 DEMAIS ARGUMENTAÇÕES

127. Prosseguiu a defesa aduzindo que:

- a) "48. ... haviam motivos relevantes e inadiáveis para que a Administração intervisse em caráter de urgência extrema e fazer cumprir o seu papel constitucional e orgânico, a fim de efetivamente resolver, de maneira enérgica, o estado de debilidade do transporte público e coletivo do Distrito Federal. A resposta foi dada com o reforço quantitativo da frota de veículos disponibilizados para o órgão de fiscalização, com o maior emprego de medidas coercitivas e punitivas para conter o estado de

18 Os destaques constam do original.



verdadeiro barbarismo imposto pelos operadores de transportes irregulares.” (fl. 661);

- b) o valor apontado como sendo o débito não foi “... elaborado em bases precisas de cálculo, tampouco há nos autos prova literal da dívida líquida e certa. Tudo isto está-se baseando em ilações e conjecturas, utilizando-se parâmetros totalmente esdrúxulos e imprestáveis para a fixação exata dos valores de mercado praticados em igualdade de condições com as características intrínsecas do processo que levou à contratação dos serviços de locação de veículos utilizáveis pela fiscalização do DFTRANS ...” (fl. 663);
- c) “56. ... caso se admita, por mera hipótese, a continuidade do procedimento de Tomada de Contas Especial, que sejam expungidas, portanto, da base do novo cálculo, as parcelas pagas ao ICS sobre os serviços efetivamente prestados.” (fl. 663);
- d) o Decreto nº 24.815/2004 foi fator justificante para a locação dos veículos, haja vista as dificuldades impostas por esse ato normativo;
- e) valendo-se da Resolução TCDF nº 164/2004, que estabelece regras para a prestação de contas dos contratos de gestão, mormente a apresentação de indicadores que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade do ajuste celebrado, considerando-se os resultados quantitativos e qualitativos alcançados, a documentação que comprovaria “... a escolha da proposta mais vantajosa para Administração, dentre várias outras apresentadas...” estariam nos arquivos do ICS. Em face disso, tais documentos deveriam ser trazidos aos autos a fim de que não houvesse cerceamento ao direito de defesa e ao devido processo legal;
- f) os termos aditivo e de re-ratificação do contrato, que permitiram a locação dos veículos, seguiram os trâmites legais para esse tipo de procedimento, tendo sido aprovados pelo Secretário de Transportes após apreciação da assessoria jurídica do DFTRANS, conforme comprovam os documentos que se anexou às fls. 672/689.

II.5.3.1. ANÁLISES

128. Não obstante a tentativa de justificar a nobre intenção havida com a locação dos veículos, qual seja, dar maior eficiência e efetividade à fiscalização do transporte público de passageiros, a defesa nada acrescentou aos argumentos já apresentados, tampouco trouxe provas do que alegou. Sequer comprovou que a solução adotada pelo DFTRANS de fato contribuiu para a diminuição das mazelas apontadas como motivo para a despesa recriminada pelo Tribunal. Ademais, não se questionou a locação de veículos em si, mas a contratação via ICS e a preços acima dos de mercado.



129. No tocante à quantificação do débito apontado pela equipe de auditoria, essa é fruto da aplicação de uma simples e elementar regra matemática, qual seja, o valor efetivamente pago menos a média dos preços verificados no mercado, conforme descrito nos §§ 43/47 da Informação nº 58/07 – 3ª ICE/Divisão de Contas (fls. 468/469, vol. III).

130. Sob nenhuma hipótese ou circunstância, por melhor que fosse a técnica aplicada, se poderia chegar à “fixação exata dos valores de mercado”, como questionou a defesa. Mister que se diga, essa é apenas uma tática para desvirtuar a lógica empregada na determinação do prejuízo apurado. Ademais, como já demonstramos, não havia características especiais, em sua maioria, nos serviços desenvolvidos pelo DFTRANS com os veículos alugados. Conforme consta dos documentos dos Anexos III e IV (controles de movimentação e de requisições de veículos para serviços externos) as atividades a que se prestavam os automóveis locados em nada destoavam daquelas corriqueiras, comuns, ordinárias realizadas por outros órgãos da Administração local, mormente da SGA, que serviu como um dos parâmetros para estipulação dos preços que deveriam ter sido pagos (ver § 113 retro).

131. Também, o débito apurado se refere exclusivamente à diferença entre o que foi pago e o que deveria ter sido despendido. Assim, o prejuízo apontado não é o total da despesa realizada com o aluguel dos veículos. Improcedente, pois, o pedido da defesa de se realizar novo cálculo para desconsiderar o valor dos serviços efetivamente prestados, visto que isso já ocorreu.

132. Acerca do Decreto nº 24.815/2004, utilizado pela defesa para justificar as locações dos veículos, já tratamos desse ponto no § 105 desta peça. Referido normativo não se aplicava ao caso do DFTRANS, conforme inteligência do § 2º do artigo 1º (fl. 881, vol. V).

133. No tocante à existência de documentos nos arquivos do ICS que comprovariam a tese da defesa de terem sido escolhidas as propostas mais vantajosas para a Administração, e que tais elementos deveriam ser carreados aos autos para embasar as argumentações do Sr. Valdemir Evangelista de Oliveira e garantir-se o mais amplo direito à defesa e a legalidade do processo, aduzimos o seguinte:

- a) cabe ao defendente apresentar a documentação que lhe sirva de suporte para comprovar suas alegações, não ao Tribunal;
- b) se a proposta do ICS para a locação dos veículos deu-se com base em preços de mercado, tal confirmação deveria constar do feito administrativo do DFTRANS (Processo nº 096.000.303/2001), que tratou do contrato firmado com o ICS, a fim de justificar a escolha da autarquia, mas isso não se verificou;
- c) tramitam nesta Casa os Processos nºs 2797/2006 e 23464/2007, que



tratam das prestações de contas do multicitado contrato de gestão nos exercícios de 2005 e 2006. Acompanham esses autos, na forma de apensos, os Processos nºs 0030-001576/2006 e 0410-000688/2007 e, quanto a este último, um relatório gerencial produzido pelo ICS sobre a execução do contrato. Nos citados documentos não há qualquer elemento que comprove a tese da defesa quanto à aludida proposta mais vantajosa para a Administração na contratação dos veículos;

- d) no Relatório de Auditoria nº 164/2006 – CONT/DIN, da então Controladoria/Corregedoria-Geal do DF, acerca da prestação de contas do contrato de gestão referente a 2005, apontou-se a mesma irregularidade discurrida pelo corpo técnico deste Tribunal, conforme se verifica às fls. 894/895, vol. V.

134. Quanto às argumentações de que os termos aditivo e de re- ratificação do contrato de gestão, subscritos pelo defendente, que possibilitaram a locação dos automóveis, terem seguido os trâmites legais, repisa-se que o aluguel dos veículos, em si, não fora questionado pelo Tribunal, mas tão só a contratação por preços acima dos de mercado, o que gerou injustificado prejuízo ao erário distrital.

II.5.4. DOS PEDIDOS DA DEFESA

135. Ao final, além da solicitação de total acatamento das razões aduzidas, requereu a defesa a oitiva dos testemunhos dos Senhores Ronaldo Prates Mendes, executor do contrato, e Paulo César Lapa de Souza, ex-coordenador administrativo-financeiro do DFTRANS, de outras autoridades, dos representantes legais do Instituto Candango de Solidariedade e das empresas contratadas, bem como a juntada de novos documentos e prova testemunhal.

136. Consideramos improcedentes, pelos motivos já expostos, as alegações da defesa. Acerca da oitiva de testemunhas, esse procedimento não encontra respaldo nos regramentos legais e regimentais desta Casa, que possui métodos próprios de processamento de suas ações.

137. Quanto à juntada de novos documentos e provas testemunhais, às fls. 757/802, vol. IV, foram apresentadas declarações escritas dos senhores indicados no parágrafo 135 retro, além de um memorial e cópias de outros registros.

138. Passamos, neste momento, à análise dessas peças.

II.5.4.1. ANÁLISES FINAIS DA DEFESA DO SENHOR VALDEMIR EVANGELISTA DE OLIVEIRA: TESTEMUNHOS ESCRITOS, MEMORIAL E OUTROS DOCUMENTOS



139. Os relatos dos Senhores Paulo Cesar Lapa de Souza e Ronaldo Prates Mendes (fls. 757/758, vol. IV) possuem, em suma, as mesmas alegações de que os preços cotados pelo ICS para aluguel dos automóveis eram compatíveis com aqueles ofertados pela LinkNet Tecnologia e Telecomunicação à SGA, o que teria sido comprovado mediante verificação *in loco* das propostas de empresas desse ramo apresentadas ao ICS. Consta à fl. 799, vol. IV, cópia da planilha da LinkNet.

140. Note-se, inicialmente, que a referida proposta data de janeiro de 2006, cerca de um ano após o termo aditivo de re-ratificação do contrato que permitiu a locação dos automóveis (fl. 18, vol. I). Mesmo assim, as cotações da LinkNet são inferiores às aquelas apresentadas pelo ICS (fl. 19, vol. I) e efetivamente cobrados do DFTRANS a partir de março de 2005 (fls. 448/449, vol. III).

141. Confirmam-se os seguintes exemplos (planilhas de fls. 19, vol. I, e 799, vol. IV):

Modelo	Preço		Diferença
	ICS	LINKNET	
Celta	1.733,10	1.550,00	0.00
Strada	2.136.39	1.950.00	186.39
Astra	3.357.20	3.080.00	277.20
Ducato	6.758.00	6.200.00	558.00

142. Vê-se, pois, que não prospera a tese de compatibilidade entre os valores praticados no contrato de gestão e os de mercado referentes ao aluguel dos veículos, pois mesmo um ano após as contratações pelo DFTRANS, via ICS, verifica-se que os preços pagos ainda eram incompatíveis com os de mercado.

143. Quanto ao memorial ofertado pelo defendente (fls. 760/767, vol. IV), todos os pontos ali aduzidos já foram rebatidos nesta instrução, à exceção apenas do questionamento de por que o Tribunal ou o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios não exigiram a suspensão cautelar do multicitado contrato de gestão, se entendiam sê-lo antieconômico.

144. Conforme já exposto no § 86 desta peça, esta Corte considerou que tanto o contrato de gestão em comento, quanto o anterior, não guardavam conformidade com a lei e a Constituição Federal (item II.3 da Decisão nº 7131/2007). Ademais, mesmo que assim não houvesse agido, a ausência de pronunciamento do Tribunal não torna legais os atos porventura ilegais.

II.5.5 CONCLUSÕES SOBRE A DEFESA DO SENHOR VALDEMIR EVANGELISTA DE OLIVEIRA

145. Por todo o exposto, consideramos improcedentes os argumentos apresentados pelo Senhor Valdemir Evangelista de Oliveira.



146. Em face disso, cabe-lhe a imputação do débito apurado nos autos, solidariamente com o Sr. Mauro Costa Mendes Cateb, então Secretário de Estado de Transportes do DF, relativamente à contratação de serviços de locação de veículos a preços acima dos praticados pelo mercado. O valor atualizado do prejuízo, até 11.5.2009, é de R\$ 353.195,89, conforme cálculos à fl. 869, vol. V.

147. Restaria, então, determinar a devolução do quantum imputado ao defendente. Todavia, pedimos vênia para tratarmos desse ponto, adiante, de forma conjunta para todos aqueles cujas defesas foram aqui consideradas improcedentes.

148. Visto isso, cabe ao Tribunal avaliar a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994.

III. RESTITUIÇÃO DO VALOR DO PREJUÍZO CAUSADO AO ERÁRIO DISTRITAL

149. Na preliminar da defesa do Senhor Valdemir Evangelista de Oliveira arguiu-se haver, em favor do Instituto Candango de Solidariedade, um montante de R\$ 1.100.400,22 decorrente dos serviços prestados por força do Contrato de Gestão nº 001/2002 e que não foram, até o momento, repassados ao ICS.

150. Em vista, disso, aduziu-se ser possível proceder-se à compensação contábil de valores, no sentido de que, apesar dos argumentos da defesa, se o Tribunal, ainda assim, considerasse a existência do prejuízo alegado, que se descontasse do quantum devido ao ICS o montante apontado como débito nestes autos.

151. Para enfrentamento da questão, esta Inspeção emitiu os Ofícios de Diligências Saneadoras nºs 104, 105 e 106 (fls. 896/898, vol. V) à Secretaria de Estado de Transportes, ao DFTRANS e à Secretaria de Estado da Fazenda do DF solicitando informações acerca de possível saldo em favor do ICS decorrente da execução do multicitado contrato de gestão.

152. A Secretaria de Fazenda informou (fl. 900, vol. V) não possuir "... dados que controlam saldos de contratos firmados no âmbito do Governo do Distrito Federal.", bem como foram empreendidas "... pesquisas sobre eventuais pagamentos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal, no período solicitado, e não foram diretamente identificados pagamentos ao Instituto Candango de Solidariedade, referentes ao Contrato de Gestão nº 001/2002, especificamente na UG/Gestão 130103-0001."

153. O DFTRANS esclareceu haver notas fiscais emitidas pelo ICS e pendentes de pagamento no montante de R\$ 1.160.010,36, não computadas as



glosas e demais retenções (Anexo V, fl. 3). Às fls. 195/198, Anexo V, constam tabelas em que se explicitam os valores ainda não pagos e as deduções a serem efetuadas.

154. A Secretaria de Estado de Transportes não atendeu, até a data desta instrução (2.6.2009), à solicitação desta Inspeção. Entretanto, dadas as informações prestadas pelo DFTRANS, entendemos deva a falha ser relevada, sem maiores implicações nestes autos.

155. Ainda, no Relatório de Auditoria nº 134/2007 – CONT/DAG, da Corregedoria-Geral do Distrito Federal (fls. 870/880), que tratou do exame da prestação de contas do Contrato de Gestão nº 001/2002 – DFTRANS X ICS, consta a informação de que remanesce um saldo de R\$ 1.100.400,22 em favor desse Instituto (fls. 879/876).

156. Assim, em face das informações dos parágrafos precedentes, haja vista não haver efetivamente ocorrido o prejuízo, pois não foram pagas as faturas, cremos ser factível a tese da compensação de valores entre a autarquia distrital e o ICS, quando, porventura, forem realizados os dispêndios em decorrência do multicitado ajuste. Essa solução deve aproveitar a todos os defendentes imputados em débito nestes autos.

157. Para tanto, faz-se necessário expedir determinação ao DFTRANS para que, na eventual ocorrência de pagamentos ao ICS por força do Contrato de Gestão nº 001/2002, deduza, além das glosas porventura já previstas, o débito apontado nestes autos como prejuízo ao erário no montante de R\$ 411.198,46 (até 11 de maio de 2009), devendo ser atualizados quando da efetiva compensação, sendo R\$ 353.195,89 relativos ao aluguel dos automóveis e R\$ 58.002,57 referentes à remuneração paga indevidamente ao Sr. Ricardo Costa Mendes Cateb no período de dezembro de 2005 a agosto de 2006 (fl. 869, vol. V).

158. Dessarte, deve-se deixar de imputar os débitos apurados nos autos aos Senhores Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira, Fabiano Frabetti e à Sra. Gilvanete Mesquita da Fonseca.

159. Não obstante, a possibilidade de aplicação das sanções a que se reporta a Decisão nº 5646/2008 (fl. 606, vol. III) deve ser ainda avaliada pelo Tribunal, haja vista a atuação dos responsabilizados mencionados no parágrafo precedente, que contribuíram para a ocorrência dos fatos recriminados pelo Tribunal.

IV. CUMPRIMENTO DO ITEM III DA DECISÃO Nº 5646/2008

160. O item III da Decisão nº 5646/2008 determinou à Secretaria de Estado de Transportes o envio de cópia do relatório conclusivo dos trabalhos da



comissão de sindicância instaurada pela Portaria nº 16, de 14.2.2007, tão logo chegassem a termo. Até o momento (2.6.2009), não temos notícia do cumprimento dessa determinação.

161. Visto isso, somos por se reiterarem os termos da citada decisão, acrescentando que a ST preste esclarecimentos a esta Corte, em 15 dias, acerca do andamento da referida comissão, acaso ainda não conclusos os seus trabalhos, bem como sobre os motivos da demora. Deve-se, alertar, ainda, o titular da Pasta para as sanções a que se submete em caso de desatendimento injustificado de decisão desta Casa (art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art.182, VIII, do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990).

V. CONCLUSÕES

162. Após análises das defesas ofertadas em face dos itens II.2 e II.3 da Decisão nº 5646/2008, consideramos improcedentes os argumentos apresentados pelos Senhores Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira, Fabiano Frabetti e à Srª Gilvanete Mesquita da Fonseca e procedentes as alegações do Sr. Ronaldo Prates Mendes.

163. Em vista do expostos nos §§ 149/157 desta peça, sugerimos deixar de imputar aos Senhores Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira, Fabiano Frabetti e à Srª Gilvanete Mesquita da Fonseca o débito apontado nos autos. Todavia, necessário se faz determinar ao DFTRANS que, quando do pagamento do *quantum* remanescente ao ICS por força do Contrato de Gestão nº 001/2002, proceda ao abatimento do valor de R\$ 411.198,46 (base: maio/2009), devidamente atualizado até a data da efetiva quitação.

164. Não obstante a proposta de compensação dos valores a que se reporta o parágrafo anterior, deve o Tribunal avaliar a possibilidade de ainda aplicar aos indicados no parágrafo precedente as sanções previstas na Decisão nº 5646/2008, na extensão de suas responsabilidades, conforme discorrido nos §§ 30, 45, 76, 91 e 148 desta peça instrutória.

165. Por fim, dada a ausência de informações sobre a conclusão dos trabalhos da comissão de sindicância instaurada pela Portaria nº 16, de 14.2.2007, deve-se reiterar à Secretaria de Estado de Transportes o cumprimento do item III da Decisão nº 5646/2008, bem como determinar-lhe que preste esclarecimentos acerca do andamento desses trabalhos e do motivo da demora, acaso inconclusos, alertando-se o dirigente dessa Pasta para a possibilidade de aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica do Tribunal e em seu Regimento Interno em caso de descumprimento injustificado de decisões desta Corte.



VI. SUGESTÕES

166. Por todo o exposto, somos pelo envio dos autos ao e. Tribunal, sugerindo que:

- I - tome conhecimento:
 - a) das defesas apresentadas às fls. 620/736, 752/755 e 756/802;
 - b) dos documentos insertos às fls. 805 a 902, vol. V, e do Anexo V;
 - c) desta instrução (fls. 904/946);
- II - considere:
 - a) procedente a defesa do indicado no § 46 retro (fl. 915);
 - b) improcedentes as defesas dos mencionados nos §§ 12, 52, 77 e 92 desta instrução (fls. 907, 916, 926 e 929);
- III - aplique aos indicados:
 - a) nos §§ 12, 52 e 92 as sanções previstas nos arts. 57, II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994;
 - b) no § 77 as sanções de que tratam os incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar nº 1, de 9.5.1994;
- IV - deixe de imputar o débito apontado nos autos aos responsáveis cujas defesas foram consideradas improcedentes, em face das discussões dos §§ 149/157 retro (fls. 942/943);
- V - determine ao Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS que, quando de eventual pagamento ao Instituto Candango de Solidariedade – ICS, decorrente da execução do Contrato de Gestão nº 001/2002, além do abatimento das glosas eventualmente já devidas, deduza o montante de R\$ 411.198,46 (a valores de maio/2009), relativo aos valores apontados nestes autos, atualizados monetariamente até a data da efetiva quitação;



- VI - reitere os termos do item III da Decisão nº 5646/2008 ao dirigente da Secretaria de Estado de Transportes, com o adendo de informar, no prazo de 15 dias, a esta Casa, o andamento dos trabalhos da comissão de sindicância instaurada pela Portaria nº 16, de 14.2.2007, publicada no DODF nº 15.2.2007, acaso ainda não conclusos os seus trabalhos, bem como os motivos da demora;
- VII - alerte o titular da Secretaria de Estados de Transportes sobre a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o art.182, VIII, do Regimento Interno do Tribunal, aprovado pela Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990, em caso de desatendimento injustificado de decisões desta Casa;
- VIII - retorne os autos a esta Inspecoria para as devidas providências.

À superior consideração.

RAIMUNDO LUSTOSA DE MELO FILHO
Analista de Finanças e Controle Externo – Mat. 670-0